



Operação “Mobilidade Inteligente+Sustentabilidade no Transporte Público”

Concurso Público | Aquisição de Autocarros Elétricos e Postos de Carregamento Elétricos

27/2025-CP-DLM

CADERNO DE ENCARGOS

ÍNDICE

PARTE I – CLÁUSULAS JURÍDICAS	3
<i>CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS</i>	3
Cláusula 1. ^a - Objeto	3
Cláusula 2. ^a - Contrato	3
Cláusula 3. ^a - Prazo	3
<i>CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS</i>	3
Cláusula 4. ^a - Obrigações principais do fornecedor/prestador de serviços	4
Cláusula 5. ^a - Conformidade e operacionalidade dos bens	4
Cláusula 6. ^a - Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias	4
Cláusula 7. ^a - Receção Provisória	5
Cláusula 8. ^a - Encargos gerais	5
Cláusula 9. ^a - Patentes, licenças e marcas registadas	5
Cláusula 10. ^a - Garantia técnica	5
Cláusula 11. ^a - Garantia de continuidade de fabrico	6
Cláusula 12. ^a - Objeto e prazo do dever de sigilo	6
Cláusula 13. ^a - Proteção de dados pessoais e RGPD	6
Cláusula 14. ^a - Preço contratual	7
Cláusula 15. ^a - Condições de Pagamento	7
<i>CAPÍTULO III - PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO</i>	7
Cláusula 16. ^a - Penalidades contratuais	7
Cláusula 17. ^a - Casos Fortuitos e Força maior	7
Cláusula 18. ^a - Resolução por parte da entidade adjudicante	8
Cláusula 19. ^a - Resolução por parte do adjudicatário	8
Cláusula 20. ^a - Subcontratação	9
Cláusula 21. ^a - Cessão da posição contratual pelo adjudicatário	9
Cláusula 22. ^a - Cessão da posição contratual por incumprimento do cocontratante	9
<i>CAPÍTULO IV - RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS</i>	9
Cláusula 23. ^a - Foro Competente	9
<i>CAPÍTULO VI - CAUÇÃO E SEGUROS</i>	9
Cláusula 24. ^a - Caução/Retenção	10
Cláusula 25. ^a - Seguros	10
<i>CAPÍTULO VII - DISPOSIÇÕES FINAIS</i>	10
Cláusula 26. ^a - Deveres de informação	10
Cláusula 27. ^a - Notificações e comunicações	10
Cláusula 28. ^a - Confidencialidade e segurança da informação	10
Cláusula 29. ^a - Contagem dos prazos	10
Cláusula 30. ^a - Legislação aplicável	10
PARTE II - CLÁUSULAS ESPECÍFICAS E TÉCNICAS	11
Cláusula 31. ^a - Introdução	11
Cláusula 32. ^a - Características do objeto do contrato	11
Cláusula 33. ^a - Obrigações principais do adjudicatário	11
Cláusula 34. ^a - Prazo de execução e plano de trabalhos	12
Cláusula 35. ^a - Obrigações específicas da entidade adjudicante	13
Cláusula 36. ^a - Preço base para efeito de concurso	13
Cláusula 37. ^a - Omissões	13
<i>ANEXO 1 – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS DO LOTE 1,2 e 3</i>	17
<i>ANEXO 2 – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS DO LOTE 4</i>	17
Anexo 3 – “Autocarro_mTipo”	28
Anexo 4- Orientação Técnica n. °2- Publicitação do apoio	29
Anexo 5 - Acordo de Subcontratação de Tratamento de Dados Pessoais	37

PARTE I – CLÁUSULAS JURÍDICAS

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.^a - Objeto

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal o fornecimento dos bens e serviços definidos nas peças do procedimento para a **Aquisição de [6] autocarros 100% elétricos e de [4] carregadores elétricos**, constituído pelos seguintes lotes:

1. Fornecedor de **[6] autocarro(s)** 100% elétrico(s) e de **[4] carregadores** elétricos que cumpram as especificações técnicas constantes da Parte II, Anexo I e Anexo II:

Lote 1- Fornecedor de **[1] autocarro** 100% elétrico que cumpra as especificações técnicas constantes na Parte II - Anexo 1 (AUTOCARRO TIPOLOGIA A – AUTOCARRO URBANO 10,6 METROS).

Lote 2- Fornecedor de **[3] autocarros** 100% elétricos que cumpram as especificações técnicas constantes na Parte II - Anexo 1 (AUTOCARRO TIPOLOGIA B – AUTOCARRO INTERURBANO 8,0 (7,9) METROS).

Lote 3- Fornecedor de **[2] autocarros** 100% elétricos que cumpram as especificações técnicas constantes na Parte II - Anexo 1 (AUTOCARRO TIPOLOGIA C – AUTOCARRO INTERURBANO 9,5 METROS).

Lote 4 – fornecimento de **[4] carregadores** elétricos que cumpram as especificações técnicas constantes na Parte II - Anexo 2.

Cláusula 2.^a - Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e integra ainda os seguintes elementos:

1.1. Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;

1.2. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;

1.3. O caderno de encargos;

1.4. A proposta adjudicada;

1.5. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

2. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.^a - Prazo

1. O contrato mantém-se em vigor pelo prazo indicado nas cláusulas específicas, com início na data da assinatura do contrato, caso este seja reduzido a escrito, ou após a comunicação da adjudicação, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Cláusula 4.^a - Obrigações principais do fornecedor/prestador de serviços

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:

- 1.1. Fornecimento dos bens objeto do contrato relativo ao Lote 1, lote 2 e lote 3 de acordo com as características impostas no caderno de encargos;
- 1.2. Projeto, fornecimento, instalação e certificação dos bens objeto do contrato relativo ao Lote 4, de acordo com as características impostas no caderno de encargos;
- 1.3. Garantia dos bens, objeto do contrato;
- 1.4. Cumprir com os prazos do contrato.

2. A título acessório, o fornecedor/prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à execução do contrato.

Cláusula 5.^a - Conformidade e operacionalidade dos bens

- 1. O adjudicatário obriga-se a entregar ao Município, os bens objeto do contrato, com as características, especificações e requisitos técnicos previstos na Parte II do presente Caderno de Encargos, que dele faz parte integrante.
- 2. A(s) viatura(s) objeto do contrato deve(m) ser entregue(s) em estado novo e em perfeitas condições de serem utilizadas para os fins a que se destina e dotada de todo o material de apoio necessário ao seu funcionamento.
- 3. O(s) carregador(es) elétrico(s) objeto do contrato deve ser entregues em estado novo e instaladas em perfeitas condições de serem utilizadas para os fins a que se destina e dotada de todo o material de apoio necessário ao seu funcionamento.
- 4. O adjudicatário é responsável perante a entidade adjudicante por qualquer defeito ou discrepância da viatura objeto do contrato que existir quando a viatura lhe for entregue e ao longo do período contratual (garantia).
- 5. O adjudicatário, deverá garantir formação sobre a operação e manutenção primária dos bens adjudicado, a decorrer durante a entrega dos mesmos.
- 5. Com os bens, deverá ser entregue todo o equipamento exigido pelo Código da Estrada e pela restante legislação complementar.
- 6. O veículo deverá reunir todos os requisitos legais que condicionem a sua admissão ao trânsito na via pública, nomeadamente, no que respeita às normas nacionais e comunitárias de proteção do ambiente.

Cláusula 6.^a - Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias

- 1. No caso de os testes previstos na cláusula anterior não comprovarem a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente caderno de encargos, o Município deve de isso informar, por escrito, o fornecedor.
- 2. No caso previsto no número anterior, o fornecedor deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo Município, às reparações ou substituições necessárias para garantir a operacionalidade dos bens e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.

3. Após a realização das reparações ou substituições necessárias pelo fornecedor, no prazo respetivo, o Município procede à realização de novos testes de aceitação, nos termos da cláusula anterior.

Cláusula 7.ª - Receção Provisória

1. Após a entrega de cada veículo, bem como entrega, instalação e certificação de cada carregador elétrico, proceder-se-á à sua vistoria e, reconhecendo-se que o veículo está de acordo com as condições exigidas, elaborar-se-á de imediato, um auto de receção dos mesmos, que será assinado por representantes da entidade adjudicante e do adjudicatário.

2. Se na vistoria se verificar que os bens não satisfazem ou não se acha nas condições estabelecidas, não será o mesmo recebido, o que constará de auto que se elaborará, ficando o adjudicatário obrigado a proceder, no prazo que lhe for indicado, à substituição dos elementos defeituosos e aos trabalhos necessários para eliminar todos os defeitos, e só depois de outra vistoria, se se verificar que tudo se encontra nas condições devidas, se procederá à receção dos bens.

3. Para efeitos da vistoria referida no ponto 1, o adjudicatário efetuará todos os ensaios e demonstrações compatíveis com as características do veículo que a comissão de receção julgar necessários para verificação das suas características e funcionamento, manobrabilidade, segurança e robustez.

Cláusula 8ª - Encargos gerais

1. Todas as despesas ou encargos em que o adjudicatário tenha de incorrer para o cumprimento de obrigações emergentes do Contrato, são da sua exclusiva responsabilidade e não podem ser reclamados à entidade adjudicante, a menos que outro regime decorra da lei ou do Contrato.

2. Constitui, nomeadamente, responsabilidade do adjudicatário o pagamento de quaisquer impostos, taxas, direitos de qualquer natureza ou outros encargos exigidos pelas autoridades competentes e relativos à execução do Contrato.

3. O disposto no número anterior aplica-se ainda à obtenção de quaisquer autorizações, licenças e ao pagamento de quaisquer emolumentos exigidos pelas autoridades competentes relativamente ao cumprimento das obrigações que impendem sobre o adjudicatário no âmbito do Contrato.

4. São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer despesas resultantes da prestação das garantias do bom e pontual cumprimento do Contrato.

Cláusula 9.ª - Patentes, licenças e marcas registadas

1. São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no fornecimento, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.

2. Caso a entidade adjudicante venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o adjudicatário indemniza-o de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

Cláusula 10.ª - Garantia técnica

1. Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, o fornecedor garante os bens objeto do contrato, pelo prazo de dois/ três anos a contar da entrega dos bens,

contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente caderno de encargos, que se revelem a partir da respetiva aceitação do bem.

Cláusula 11.^a - Garantia de continuidade de fabrico

1. O fornecedor deve assegurar a continuidade do fabrico de todos os materiais que integrem os bens objeto do contrato, pelo prazo de validade do contrato.

Cláusula 12.^a - Objeto e prazo do dever de sigilo

1. A entidade adjudicante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devido às pessoas coletivas.

Cláusula 13.^a – Proteção de dados pessoais RGPD

1. Para efeitos da proteção de dados pessoais, atentos os efeitos do contrato e do respetivo caderno de encargos, o cocontratante assume, incondicionalmente, em matéria de dados pessoais, quer no decurso da vigência contratual, quer, quando aplicável e ou exigível, após cessação contratual, a obrigação do escrupuloso cumprimento do disposto na legislação e regulamentação aplicáveis, designadamente em sede do tratamento de dados, medidas de segurança e confidencialidade, bem como no âmbito da transferência de dados e gestão de incidentes, sem prejuízo das demais obrigações resultantes para terceiros.

2. Para efeitos do disposto no número anterior da presente cláusula, é aplicável o Regulamento (UE) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril (RGPD), relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à circulação desses dados, com especial acuidade o artigo 4.º, as deliberações do Grupo de Trabalho previsto no artigo 29.º, e a Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) 2016/679.

3. Para efeitos do disposto nesta cláusula e em tudo o que contenda com a proteção de dados pessoais, o cocontratante obriga-se, sempre que aplicável o artigo 28.º do RGPD, ao cumprimento do disposto no Anexo 3 – **“Acordo de Subcontratação de Tratamento de Dados Pessoais”**, que constitui parte integrante deste caderno de encargos, o qual, no momento da assinatura do contrato, se obriga a assinar, sendo considerado, para todos os efeitos, anexo ao contrato celebrado e parte integrante do mesmo.

Cláusula 14.^a - Preço contratual

1. Pela aquisição de bens e serviços, bem como pelo cumprimento das demais obrigações previstas no contrato relativo a cada um dos Lotes, a entidade adjudicante paga ao adjudicatário correspondente o valor constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. Durante o prazo de vigência do contrato não é admitida a revisão ou atualização de preços.

Cláusula 15.^a - Condições de Pagamento

1. Não há lugar a pagamentos adiantados ao adjudicatário.
2. As quantias devidas pelo Município, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas de acordo com o plano de pagamentos, no prazo de 60 dias após a receção das respetivas faturas relativas a cada item objeto do contrato fornecido, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
3. Em caso de discordância por parte do Município, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar à entidade adjudicante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando a entidade adjudicante obrigada a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 2, as faturas são pagas através de Transferência Bancária.

CAPÍTULO III - PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

Cláusula 16.^a - Penalidades contratuais

1. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, o Município pode exigir-lhe uma pena pecuniária no valor de 5%, nos termos do artigo 329º do CCP.
2. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.
3. O Município, pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
4. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município exija uma indemnização pelo dano excedente.
5. Em caso de atraso no fornecimento dos bens objeto do presente contrato, o Município pode exigir uma pena pecuniária de até 0,2% do preço contratual por cada mês de atraso.

Cláusula 17.^a - Casos Fortuitos e Força maior

1. Não podem ser impostas sanções contratuais ao adjudicatário, nem é havido como incumprimento a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte no caso fortuito ou de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever.

2. São considerados casos de força maior as circunstâncias que impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do Contrato, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do Contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
3. Os requisitos do conceito de força maior estipulados no número anterior são cumulativos.
4. Podem constituir força maior, no caso de se verificarem os pressupostos do n.º 1, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas, bem como atrasos, não imputáveis ao adjudicatário, no transporte, processo de homologação, ligação à e-REDES, certificação ou obtenção de matrícula relativos aos bens adjudicados.
5. Não constituem força maior, designadamente:
- 5.1. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
 - 5.2. Greves ou conflitos laborais limitados ao adjudicatário ou a grupos de sociedades em que se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - 5.3. Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - 5.4. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - 5.5. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário;
 - 5.6. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
6. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
7. Quando uma das partes não aceite por escrito que certa ocorrência invocada pela outra constitua força maior, cabe a esta fazer prova dos respetivos pressupostos.

Cláusula 18.^a - Resolução por parte da entidade adjudicante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato, previstos na lei, o Município pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente, no atraso, total ou parcial, da prestação dos serviços objeto do contrato.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada à entidade adjudicante e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo Município.
3. A resolução do contrato não prejudica a aplicação de quaisquer sanções contratuais aplicadas nos termos da Cláusula 10.^a.

Cláusula 19.^a - Resolução por parte do adjudicatário

1. O adjudicatário pode resolver o contrato nos termos e pela forma prevista no artigo 332º do CCP.

2. Nos casos previstos no número 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

3. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pela entidade adjudicante, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 20.ª - Subcontratação

1. A subcontratação contratual pelo adjudicatário depende da autorização expressa da entidade adjudicante, nos termos previstos no Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 21.ª - Cessão da posição contratual pelo adjudicatário

1. A cessão da posição contratual do adjudicatário carece sempre de autorização da entidade adjudicante.
2. A autorização da cessão da posição contratual prevista no número anterior depende da prévia apresentação dos documentos de habilitação relativos ao potencial cessionário exigidos ao adjudicatário nos termos do Programa de Concurso.
3. Para efeitos da autorização da cessão da posição contratual o adjudicatário deve apresentar à entidade adjudicante uma proposta fundamentada e instruída com os documentos referidos no número anterior.
4. A entidade adjudicante deve pronunciar-se sobre a proposta do adjudicatário no prazo de 30 (trinta) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída.
5. O decurso do prazo previsto no número anterior sem que a entidade adjudicante tenha emitido decisão sobre o pedido formulado equivale ao seu indeferimento.

Cláusula 22.ª - Cessão da posição contratual por incumprimento do cocontratante

1. De acordo com o n.º 1, do art.º 318.º-A, do CCP, em caso de incumprimento por parte do cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos necessários para a resolução do contrato, o cocontratante pode ceder a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual, na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, que venha a ser indicado pelo contraente público, pela ordem sequencial daquele procedimento.
2. As condições em que o cocontratante cede a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual, são as que estão estipuladas nos números 2 a 6, do art.º 318.º-A, do CCP.

CAPÍTULO IV - RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

Cláusula 23.ª - Foro Competente

1. Para a resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo Territorial competente no território do Município.

CAPÍTULO VI - CAUÇÃO E SEGUROS

Cláusula 24.^a - Caução/Retenção

1. Quando se trate de um contrato com um preço contratual inferior a € 500.000,00, não é exigida a apresentação de qualquer caução, atendendo ao disposto da alínea a) do n.º 2, do art.º 88.º do CCP, nem será realizada a retenção referida no n.º 3 do mesmo artigo.
2. Quando se trate de um contrato com um preço contratual igual ou superior a € 500.000,00, será exigida uma caução de 5% do preço contratual, nos termos do disposto no Capítulo IX do CCP.

Cláusula 25.^a - Seguros

1. É da responsabilidade do fornecedor/prestador de serviços, a cobertura através de contratos de seguro previstos na lei.

CAPÍTULO VII - DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 26.^a - Deveres de informação

1. Qualquer uma das partes deve informar a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do Contrato, de acordo com a boa-fé e no prazo de 10 (dez) dias a contar do respetivo conhecimento.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra, de quaisquer circunstâncias, que constituam ou não força maior, e previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.

Cláusula 27.^a - Notificações e comunicações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes, estas devem ser dirigidas, nos termos previstos no CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma das entidades contraentes.
2. Qualquer alteração dos elementos de contacto das partes indicado no Contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 28.^a - Confidencialidade e segurança da informação

1. As partes comprometem-se a assegurar o cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados – Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27/4 de 2016, e demais legislação que lhe seja aplicável relativa a dados pessoais, durante a vigência do contrato e, sempre que exigível, após a sua cessação.

Cláusula 29.^a - Contagem dos prazos

1. Os prazos referidos no presente caderno de encargos, relativos aos procedimentos de formação de contratos contam-se nos termos do disposto no artigo 87º do Código de Procedimento Administrativo e não lhes é aplicável, em caso algum, o disposto no artigo 88.º do mesmo Código.
2. Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 30.^a - Legislação aplicável

1. O Contrato é regido pela lei portuguesa e em particular, pelo CCP, na sua redação atual.
2. Em tudo o omissa no processo que constitui o presente procedimento, observar-se-á o disposto na redação atual do Código dos Contratos Públicos e demais legislações subsidiárias.

PARTE II - CLÁUSULAS ESPECÍFICAS E TÉCNICAS

Cláusula 31ª - Introdução

1. As cláusulas que se seguem, compreendem as cláusulas específicas e técnicas que devem ser cumpridas.

Cláusula 32ª - Características do objeto do contrato

1. As características dos bens, objeto do contrato encontram-se indicadas nos Anexos a este Caderno de Encargos.
2. Todos os artigos contêm a descrição as especificações técnicas e na falta desta a referência da preferência com a menção "ou equivalente", devidamente previsto da lei.
3. Caso em algum artigo falte a menção referida no número anterior, a mesma deverá ser considerada.

Cláusula 33ª - Obrigações principais do adjudicatário

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato, decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:

1. O adjudicatário obriga-se a executar um serviço de qualidade de acordo com a legislação e regulamentação aplicáveis e, em conformidade com o disposto no presente Caderno de Encargos, assegurando a sua interoperabilidade, continuidade e qualidade, nos termos do contrato.
2. Fornecer os veículos elétricos pesados para passageiros (Lote 1, Lote 2 e Lote 3) ou os carregadores elétricos (Lote 4), em estado novo, o qual deverá cumprir todos os requisitos relativos ao transporte público coletivo de passageiros e transporte escolar/crianças (se aplicável), em conformidade com a legislação portuguesa e europeia em vigor sobre a matéria, devidamente homologados e de acordo com as condições e especificações técnicas definidas no presente Caderno de Encargos (anexo).
3. Fornecimento do respetivo projeto de design exterior devidamente aprovado pelo contraente público, bem como aplicação no veículo novo depois de aprovado.
4. Garantir a prestação do serviço de acordo com a legislação e regulamentação aplicáveis e em conformidade com o disposto no presente caderno de encargos, assegurando a sua interoperabilidade, continuidade, disponibilidade, permanência e qualidade, nos termos do contrato.
5. Obrigação de recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à execução do contrato.
6. Não ceder a sua posição contratual sem prévia autorização do Município (entidade adjudicante).
7. Não alterar as condições da prestação de serviços fora dos casos previstos neste caderno de encargos.

9. Comunicar antecipadamente a entidade adquirente os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços objeto do procedimento ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações, nos termos do contrato celebrado com a entidade adjudicante.
10. Comunicar qualquer fato que ocorra durante a execução do contrato e que altere designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica e a sua situação comercial.
11. Obrigação de nomear um Gestor de Contrato/Gestor de Serviços responsável que fará a ligação com o Gestor do Contrato nomeado pelo Município no que concerne a todas as questões relevantes para a boa execução do Contrato.
12. Disponibilizar um número telefónico de assistência.
13. Comunicar à entidade adjudicante a nomeação do gestor do contrato, bem como quaisquer alterações relativamente à sua nomeação.
14. Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que são fornecidos os bens, bem como ministrar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias.
15. Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato.
16. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo, sendo da sua conta as despesas de deslocação, alimentação, seguro e estadia do pessoal afeto à prestação dos serviços, objeto do contrato.
17. Suportar todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato e respetivos documentos para as instalações da entidade adjudicante, sitas no Forte São João de Deus.
18. Deverá garantir que as instalações para assistência técnica da marca do chassis, seja oficial ou autorizada, se encontrem a uma distância não superior a **400 km** das instalações da entidade adjudicante, por forma a reduzir os custos de deslocação e a minimizar o tempo de imobilização do veículo.
19. Promover ações de formação para grupos de trabalhadores (motoristas e mecânicos) relativa ao funcionamento dos bens objeto do contrato, bem como disponibilizar os manuais referentes ao funcionamento dos mesmos.
20. Proceder à legalização dos bens objeto do contrato até à emissão do documento único definitivo.
21. Suportar os custos inerentes ao processo de legalização e homologação dos bens objeto do contrato.
22. Entregar os bens objeto do contrato devidamente homologados e matriculados, condição de aceitação e de entrega dos mesmos.

Cláusula 34ª - Prazo de execução e plano de trabalhos

1. O fornecedor/prestador de serviços obriga-se a concluir a execução de todas as prestações que compõem o contrato no prazo máximo de 12 meses a contar da data de produção de efeitos do mesmo.
2. O adjudicatário obriga-se a entregar os bens objeto do contrato no prazo (7 meses) de produção de efeitos.
3. Os prazos previstos nos números anteriores apenas poderão ser prorrogados a requerimento do Fornecedor devidamente fundamentado e se autorizado pelo contraente público.

Cláusula 35ª - Obrigações específicas da entidade adjudicante

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato, decorrem para a entidade adjudicante, as seguintes obrigações:

1. A entidade adjudicante deverá nomear um gestor do contrato, o qual ficará responsável pelo acompanhamento da execução do contrato a celebrar, por via do presente procedimento, e comunicar ao adjudicatário a identidade do mesmo, bem como quaisquer alterações relativas à sua nomeação.
2. Ao gestor do contrato cabe desempenhar o papel de interlocutor com o adjudicatário.
3. Fornecer as informações e elementos que detenha e que sejam indispensáveis ao início e desenvolvimento dos trabalhos e que sejam solicitados pelo adjudicatário.
4. Cabe ao gestor do contrato ou outra entidade devidamente acreditada para o efeito monitorizar o cumprimento contratual pelo adjudicatário, no que respeita às condições técnicas e de qualidade.
5. Nos termos da legislação aplicável, são da responsabilidade da entidade adjudicante ou do operador do veículo, a obtenção de alvará/licença para a atividade e veículo para transporte público de passageiros / transporte de crianças, bem como aferição de tacógrafo.

Cláusula 36ª - Preço base para efeito de concurso

1. O preço base para efeitos de escolha do procedimento é de:
 - **Lote 1:** [1] AUTOCARRO– Tipologia A- (AUTOCARRO URBANO 10,6 METROS). – 515.000,00€
 - **Lote 2:** [3] AUTOCARROS- Tipologia B- (AUTOCARRO INTERURBANO 8,0 (7,9) METROS). – 1.146.000,00€
 - **Lote 3:** [2] AUTOCARROS- Tipologia C– (AUTOCARRO INTERURBANO 9,5 METROS). – 720.000,00 €;
 - **Lote 4:** fornecimento de [4] carregadores elétricos que cumpram as especificações técnicas constantes na Parte II - Anexo 2- 96.909,39 €
2. Aos valores indicados no ponto anterior acresce IVA à taxa legal aplicável.
3. O preço base é o montante máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o seu objeto do contrato, incluindo eventuais renovações do contrato.

Cláusula 37ª - Omissões

1. Quaisquer omissões do presente caderno de encargos prevalecem o Decreto-Lei 18/2008, na sua atual redação e demais legislação em vigor.

ANEXO 1 - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS DO LOTES 1,2 E 3

O(s) bens e trabalhos objeto do Lote 1, 2 e 3 deverão atender, no mínimo, com as seguintes especificações:

LOTE 1

[1] AUTOCARRO URBANO (10,6 m)

Homologação: Categoria M3, Classe I

Motor: 100% Elétrico

Lotação máxima: 60

Lotação Mínima sentada: 32

Lugar pessoa mobilidade reduzida: 1

Garantia Geral: 4 anos e/ou 200.000 km

Bateria:

- Bateria (Capacidade mínima): 300 KW
- Tipo de Bateria: Lithium ou equivalente
- Autonomia Mínima: 280 km
- Garantia mínima das Baterias: 8 anos.

Suspensão de Travagem: ABS + EBS

Suspensão: Pneumática + ECAS

Chassis: Low floor

Carroçaria:

- Largura máxima 2.55mm e Comprimento máximo 10.620mm;
- Estrutura Monobloco, construída em aço inoxidável, proteção externa anti corrosão, piso baixo contínuo;
- Painel de teto e laterais em Alumínio de 2,5 mm no mínimo;

Equipamento Exterior

- Espelhos retrovisores elétricos e aquecidos ou em alternativa solução digital;
- Pneus de marca superior;
- Jantes de aço inoxidável;
- Vidros duplos;

- Rampa para Cadeira de Rodas;
- Esquema de pintura, segundo instruções do MUNICÍPIO DE BRAGANÇA. Não recorrendo a imagens digitalizadas (vinil fotográfico). (Anexo 3 – “Autocarro_mTipo”). O Layout final tem de ser validado pelo Município.

Equipamento Interior:

- Para-brisa antirreflexo e pantógrafos do lado do motorista;
- Janelas laterais adaptadas para saídas de emergência;
- Botões de pressão com sinalização em Braille;
- Molduras internas antiderrapantes em plástico;
- Sinalização interna e externa conforme norma R107.v6 ou outra em vigor;
- Barras interiores de aço inoxidável;
- Escudo de devesa do condutor (aplicação de moldura A4);
- Corrimões, varões e Balaústres em aço inox escovado;
- Wi-Fi a Bordo;
- Soalho com design de madeira;
- Monitor da camara no dashboard;
- Duas camaras interiores (uma para motoristas e uma para zona de ocupantes);

Iluminação:

- Conjunto de faróis dianteiros com luz diurna em LED;
- Luzes traseiras em LED e também luzes de posição laterais em LED;
- Pontos de luz LED para a posição do condutor e a porta de serviço;
- Iluminação da sala composta por luzes indiretas em LED;

Portas:

- Porta 1 elétrica de folha dupla e uma largura de 1100mm. Com abertura para o interior, sistema de segurança automático e dispositivo interno de emergência;
- Porta central elétrica de dupla folha e abertura para o exterior com sistema de segurança automático, dispositivo de emergência interno e sensibilidade nas bordas, com uma largura de 1200mm;

Bancos

Motorista:

- Banco do motorista com ajuste pneumático e apoio lombar;
- Assento ajustável em todas as direções (para trás, para a frente e na direção vertical);
- No ajuste do assento, a inclinação e o alinhamento longitudinal serão definidos por separar;
- Alavancas para controlar projeção, rotulagem ou outros controles são montadas na cadeira;
- O encosto e o assento serão revestidos com tecido antiestático ventilado, branco ou nervurado;

Passageiros:

- Os assentos serão individuais, de plástico, incombustíveis.
- O design dos assentos evitará vandalismo.
- Todos os assentos, incluindo a fileira traseira, devem ser projetados e construídos de modo a permitir fácil acesso dos técnicos de manutenção aos revestimentos do piso.
- Dever ser executados em material antialérgico e lavável;

Climatização

- Temperatura controlada automaticamente segundo a norma UNE 14750 ou outra em vigor;
- Sistema anti embaciamento para condutor;
- Sistema de ar condicionado Frio-calor;
- Capacidade de refrigeração = ou inferior a 21kW;
- Capacidade de aquecimento = ou inferior a 23kW;
- Climatização do condutor independente;

Equipamento Elétrico

- Buzina elétrica;
- Toda a fiação é branca e identificada individualmente de acordo com os padrões europeus;
- Buzina de marcha atras;
- Câmara de ré, exibida no monitor do painel;
- Motor elétrico do limpador de para-brisa com temporizador;
- Sinal de parada solicitado;
- Placa de Rampa Solicitada;
- Pré-instalação de máquina de bilhetes, máquina de venda automática e rádio UHF;
- Pré-instalação SAE de acordo com as especificações do cliente.
- Pré-instalação de circuito interno de câmaras de segurança;

- Pré-instalação de carteiras e validadores;
- Pré-instalação de antena GPS/GPRS;
- Pré-instalação de telas de informações para viajantes;
- Alarmes técnicos com ligação à SAE;
- Pré-instalação de sistema de contagem de pessoas;
- Alarmes técnicos conectados ao SAE;
- Botões da porta do lado direito do motorista;
- Botão de rampa no painel;
- Painel de controle do sinal de destino;
- Abertura externa da porta da frente camuflada;
- Trava de rebaixamento ativada;
- Bloqueio do veículo com portas abertas e sistema antiabertura em velocidades superiores 5 km/h;
- Bloqueio de veículo com rampa em operação;
- Bloqueio de rampa com veículo em operação;
- Sistemas de veículos de transmissão de múltiplos sinais elétricos de acordo com a norma SAE J1939 ou outra em vigor;
- Sistema de freio anti bloqueio com freio de mão liberado;
- Cortina do para-brisas elétrica;
- Ficha USB para passageiros nos balaústres;
- Ficha USB para passageiros na parede lateral;
- Painel Digital Exterior Frontal e Traseiro;
- Painel Digital Lateral;

LOTE 2

[3] AUTOCARROS INTERURBANOS (8m)

Homologação: Categoria M3, Classe II

Lotação máxima: 47

Lotação Mínima sentada: 21

Lugar pessoa mobilidade reduzida: 1

Garantia Geral: 4 anos e/ou 200.00 km

Bateria:

- Bateria (Capacidade mínima): 270 KW
- Tipo de Bateria: Lítio-Ion (LFP Híbrido)
- Autonomia Mínima: 300 km
- Garantia Baterias: 8 anos.

Suspensão Dianteira: Rígida, Suspensão Pneumática, 2 Foles de Ar, 2 Amortecedores Hidráulicos

Suspensão Traseira: Suspensão Pneumática, 2 Foles de Ar, 2 Amortecedores Hidráulicos

Carroçaria:

- Largura máxima 2.46 mm e Comprimento máxima 7.95 mm;
- Monobloco, revestimento por Electrodeposição em toda a estrutura;

Equipamento Exterior:

- Espelhos retrovisores elétricos e aquecidos ou alternativa solução digital;
- Pneus de marca superior;
- Jantes de aço inoxidável;
- Vidros duplos;
- Rampa para Cadeira de Rodas;
- Roda sobresselente;
- Faróis de Nevoeiro
- Esquema de pintura, segundo instruções do MUNICÍPIO DE BRAGANÇA. Não recorrendo a imagens digitalizadas (vinil fotográfico). Conforme o LOTE 1;

Equipamento Interior:

- Para-brisa antirreflexo e pantógrafos do lado do motorista;
- Cabine do condutor aberta;
- Janelas laterais adaptadas para saídas de emergência;
- Botões de pressão com sinalização em Braille;
- Molduras internas antiderrapantes em plástico;
- Sinalização interna e externa conforme norma R107.v6 ou outra em vigor;
- Balaústres em aço inoxidável;
- Corrimões, varões e Balaústres em aço inox escovado;
- Wi-Fi a Bordo;

- Soalho com design de madeira;
- Monitor da camara no dashboard;
- Cortinas do para-brisas manuais;
- Tacógrafo
- Ficha USB para passageiros nos balaústres;
- Ficha USB para passageiros na parede lateral;

Iluminação:

- Conjunto de faróis dianteiros com luz diurna em LED;
- Luzes traseiras em LED e também luzes de posição laterais em LED;
- Pontos de luz LED para a posição do condutor e a porta de serviço;
- Iluminação da sala composta por luzes indiretas em LED;

Portas

- Porta 1 elétrica de folha dupla. Com abertura para o interior, sistema de segurança automático e dispositivo interno de emergência;
- Porta central elétrica de dupla folha e abertura para o exterior com sistema de segurança automático, dispositivo de emergência interno e sensibilidade nas bordas;

Bancos

Motorista:

- Banco do motorista com ajuste pneumático e apoio lombar;
- Assento ajustável em todas as direções (para trás, para a frente e na direção vertical);
- No ajuste do assento, a inclinação e o alinhamento longitudinal serão definidos por separar;
- Alavancas para controlar projeção, rotulagem ou outros controles são montadas na cadeira;
- O encosto e o assento serão revestidos com tecido antiestático ventilado, branco ou nervurado;

Passageiros:

- Os assentos serão individuais, de plástico, incombustíveis;
- O design dos assentos evitará vandalismo;
- Todos os assentos, incluindo a fileira traseira, devem ser projetados e construídos de modo a permitir fácil acesso dos técnicos de manutenção aos revestimentos do piso;
- Dever ser executados em material antialérgico e lavável

Climatização

- Temperatura controlada automaticamente segundo a norma UNE 14750 ou outra em vigor;

- Sistema anti embaciamento para condutor;
- Sistema de ar condicionado Frio-calor;
- Capacidade de refrigeração = ou inferior a 21kW;
- Capacidade de aquecimento = ou inferior a 23kW;
- Climatização do condutor independente;

Equipamento Elétrico

- Buzina elétrica;
- Buzina marcha atrás;
- Toda a fiação é branca e identificada individualmente de acordo com os padrões europeus;
- Aviso Sonoro de Marcha Atrás;
- Limitador de velocidade;
- Motor elétrico do limpador de para-brisa com temporizador;
- Sinal de parada solicitado;
- Placa de Rampa solicitada;
- Pré-instalação de máquina de bilhetes, máquina de venda automática e rádio UHF;
- Pré-instalação SAE de acordo com as especificações do cliente;
- Pré-instalação de circuito interno de câmaras de segurança;
- Pré-instalação de carteiras e validadores;
- Pré-instalação de antena GPS/GPRS;
- Ecrã interior para informação institucional para os passageiros;
- Alarmes técnicos com ligação à SAE;
- Pré-instalação de sistema de contagem de pessoas;
- Alarmes técnicos conectados ao SAE;
- Chassi e usina de força da carroceria localizados no teto dianteiro;
- Carrinho de bateria com sistema de extração manual;
- Detecção de incêndio no compartimento do motor e sistema automático de supressão de incêndio;
- Monitor da camara no dashboard;
- Preparação para dispositivo de gravação DVR
- DVR

LOTE 3

[2] AUTOCARROS INTERURBANOS (9,5)

Homologação: Categoria M3, Classe II

Motor: 100% Elétrico

Motor Elétrico: Potência 245 kW | Binário 3.329 Nm

Lotação máxima: 60

Lotação Mínima sentada: 39

Lugar pessoa mobilidade reduzida: 1

Garantia Geral: 4 anos e/ou 200.000 km

Bateria:

- Bateria (Capacidade mínima): 281,9 KW
- Tipo de Bateria: Li-on
- Autonomia Mínima: 300 km
- Garantia Baterias: 8 anos.

Suspensão de Travagem: ABS + EBS

Suspensão: Pneumática + ECAS

Carroçaria:

- Comprimento 9,5 mm;
- Estrutura monocoque;

Equipamento Exterior:

- Espelhos retrovisores elétricos e aquecidos;
- Pneus de marca superior;
- Jantes de aço inoxidável;
- Vidros duplos;
- Rampa para Cadeira de Rodas;
- Faróis de Nevoeiro
- Esquema de pintura, segundo instruções do MUNICÍPIO DE BRAGANÇA. Não recorrendo a imagens digitalizadas (vinil fotográfico). Conforme LOTE 1.

Equipamento Interior:

- Para-brisa antirreflexo e pantógrafos do lado do motorista;
- Cabine do condutor aberta;
- Janelas laterais adaptadas para saídas de emergência;
- Botões de pressão com sinalização em Braille;
- Molduras internas antiderrapantes em plástico;
- Sinalização interna e externa conforme norma R107.v6;
- Balaústres em aço inoxidável;
- Wi-Fi a Bordo;
- Soalho com design de madeira;
- Tomadas USB para passageiros

Iluminação:

- Conjunto de faróis dianteiros com luz diurna em LED;
- Luzes traseiras em LED e também luzes de posição laterais em LED;
- Pontos de luz LED para a posição do condutor e a porta de serviço;
- Iluminação da sala composta por luzes indiretas em LED;

Portas

- Porta 1 elétrica, com abertura para o interior, sistema de segurança automático e dispositivo interno de emergência;
- Porta central elétrica e abertura para o exterior com sistema de segurança automático, dispositivo de emergência interno e sensibilidade nas bordas;

Bancos

Motorista:

- Banco do motorista com ajuste pneumático e apoio lombar;
- Assento ajustável em todas as direções (para trás, para a frente e na direção vertical);
- No ajuste do assento, a inclinação e o alinhamento longitudinal serão definidos por separar;
- Alavancas para controlar projeção, rotulagem ou outros controles são montadas na cadeira;
- O encosto e o assento serão revestidos com tecido antiestático ventilado, branco ou nervurado;

Passageiros:

- Os assentos serão individuais, em pele sintética;
- O design dos assentos evitará vandalismo;

- Todos os assentos, incluindo a fileira traseira, devem ser projetados e construídos de modo a permitir fácil acesso dos técnicos de manutenção aos revestimentos do piso;
- Dever ser executados em material antialérgico e lavável;
- Bancos com cintos de 3 pontos (preparados para transporte escolar);

Climatização

- Temperatura controlada automaticamente segundo a norma UNE 14750 ou outra em vigor;
- Sistema anti embaciamento para condutor;
- Sistema de ar condicionado Frio-calor;
- Capacidade de refrigeração = ou inferior a 21kW;
- Capacidade de aquecimento = ou inferior a 23kW;
- Climatização do condutor independente;

Equipamento Elétrico

- Buzina elétrica;
- Buzina marcha atrás;
- Toda a fiação é branca e identificada individualmente de acordo com os padrões europeus;
- Aviso Sonoro de Marcha Atrás;
- Motor elétrico do limpador de para-brisa com temporizador;
- Sinal de parada solicitado;
- Placa de Rampa solicitada;
- Pré-instalação de máquina de bilhetes, máquina de venda automática e rádio UHF;
- Pré-instalação SAE de acordo com as especificações do cliente;
- Pré-instalação de circuito interno de câmaras de segurança;
- Pré-instalação de carteiras e validadores;
- Pré-instalação de antena GPS/GPRS;
- Alarmes técnicos com ligação à SAE;
- Pré-instalação de sistema de contagem de pessoas;
- Alarmes técnicos conectados ao SAE;
- Ecrã interior para difusão de informação institucional para os passageiros;
- Painel digital exterior frontal e traseiro;
- Hill-Start assistant;

ANEXO 2 – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS DO LOTE 4

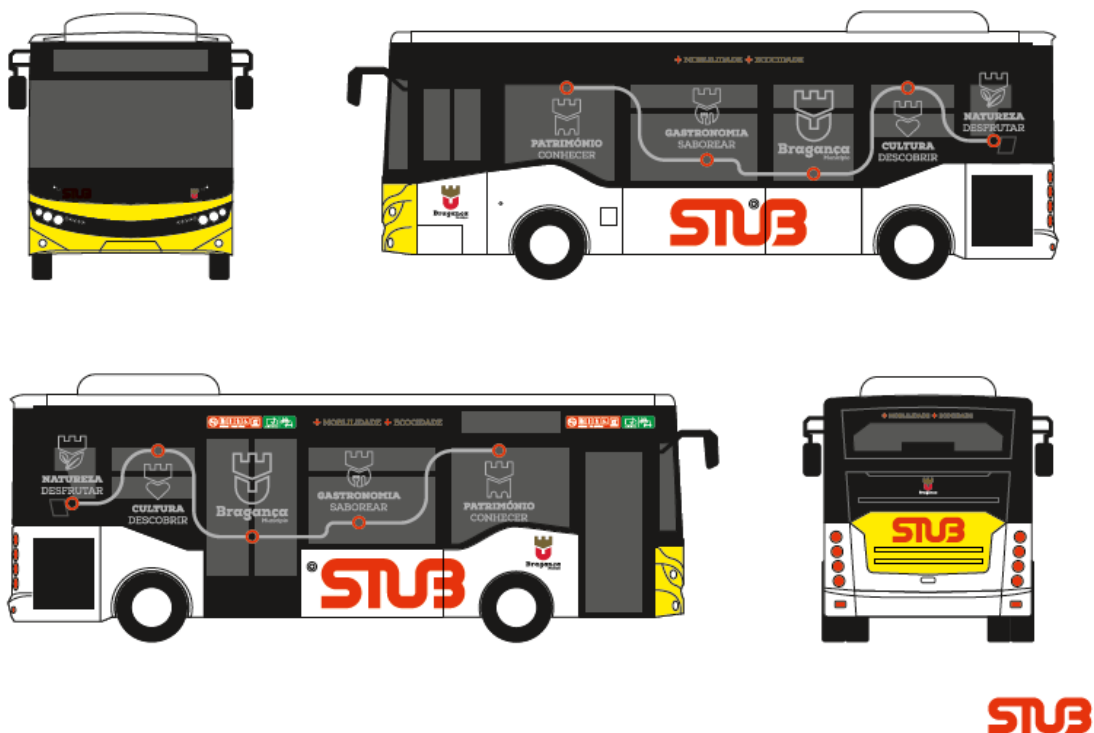
O(s) bens e trabalhos objeto do Lote 4 deverão cumprir, no mínimo, com as seguintes especificações:

- a) A aquisição dos carregadores pressupõe a execução de todos os trabalhos para a sua instalação, conforme previsto no que integra o presente procedimento.
- b) Especificações técnicas dos carregadores são descritas no quadro seguinte:

ESPECIFICAÇÃO DE POTÊNCIA			
AC Entrada	Classificação de entrada	3 Φ 380~415 VAC (+/-15%)	3 \emptyset 380~415Vac (\pm 15%)
	Conexão de entrada AC	3P+N+PE (configuração tipo Wye), TN/TT/IT	3P+N+PE (configuração tipo Wye), TN/TT/IT
	Corrente máxima de entrada	3 \emptyset 110A *	3 \emptyset 175A *
	Frequência	50Hz/60Hz	50Hz/60Hz
	Fator de potência	> 0.99 (carga máxima)	> 0.99 (carga máxima)
	Eficiência	\geq 94%	>94%
AC Saída	Faixa de tensão de saída	CCS2:150~950Vdc	CCS2:150~950Vdc
	Corrente máxima de saída	CCS2/GBT: 120A@500Vdc	CCS2/GBT: 120A@500Vdc
	Precisão de tensão	60 kW	90kW
	Precisão de corrente	\pm 2%	\pm 2%
	Current Accuracy	\pm 2%	\pm 2%
INTERFACE DO UTILIZADOR E CONTROLO			
Visor	7" TFT-LCD	7" TFT-LCD	
Botões de pressão	Botão de operação/Botão de emergência	Botão de operação/Botão de emergência	
Autenticação do utilizador	RFID: support ISO 14443A/B, ISO 15693, FeliCa Lite-S (RCS966), OCPP, 2D barcode, APP, Mobile payment	RFID: support ISO 14443A/B, ISO 15693, FeliCa Lite-S (RCS966), OCPP, 2D barcode, APP, Mobile payment	
COMUNICAÇÃO			
Externo	Ethernet/Wi-Fi/4G	Ethernet/Wi-Fi/4G	
Interno	Sistema tipo CAN bus/RS485	Sistema tipo CAN bus/RS485	
AMBIENTAL			
Temperatura de operação	- 30°C~50°C	-30°C~50°C	
Altitude	\leq 2000m	\leq 2000m	
Nível IP/IK	IP55 /IK10	IP55 /IK10	
Método de Refrigeração	Sistema tipo <i>Fan Cooling</i>	Sistema tipo <i>Fan Cooling</i>	
MECÂNICA			
Dimensões do Armário	700 x 331 x 1800 mm (\pm 1%)	800 x 650 x 1900mm (\pm 1%)	
Peso	\leq 235 Kg (\pm 1%)	\leq 390kg (\pm 1%)	
Comprimento do cabo	Mínimo: 4 metros	Mínimo: 4 metros	
REGULAÇÃO			

Certificação	IEC 61851-1 IEC 61851-23 IEC 61851-21-2	IEC 61851-1 IEC 61851-23 IEC 61851-21-2
Interface de Carregamento	CCS2 V1.2, DIN 70121, GB/T 27930, ISO15118	CCS2 V1.2, DIN 70121, ISO 15118

Anexo 3 – “Autocarro_mTipo”





INVESTIMENTO RP-C21-i12
Medida Reforçada: Descarbonização dos Transportes Públicos

AAC N.º 01/C21-i12/2024
Descarbonização dos transportes públicos

ORIENTAÇÃO TÉCNICA N.º 2 –PUBLICITAÇÃO DO APOIO



Data de publicação: 25 de fevereiro de 2025

ÍNDICE

1. Cumprimento do Guia de Comunicação e Informação	5
2. Barra de financiamento	5
3. Website e redes sociais.....	6
4. Veículos limpos	6
5. Postos de carregamento	6
6. Placa permanente do investimento	6
7. Vetores, modelos e manuais de normas gráficas	7
8. Atualizações	8

Anexos

Anexo I – Barra de financiamento

Anexo II – Manual de publicitação em veículos limpos

VERSÕES

Tabela 1 - Versões do Aviso

Versão	Data da publicação	Alterações	Ações
1 – Publicação	25/02/2025	Não aplicável	Versão inicial

ACRÓNIMOS E DEFINIÇÕES

Siglas e Definições	Descrição
BF	Beneficiário Final, nos termos do estabelecido no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 29-B/2021, de 18 de março Entidade responsável pela implementação e execução física e financeira de uma reforma e ou de um investimento, beneficiando de um financiamento do PRR diretamente enquanto «Beneficiário Direto», ou através do apoio de um «Beneficiário Intermediário
EMRP	Estrutura de Missão Recuperar Portugal
FA	Fundo Ambiental
OT	Orientação técnica
PRR	Plano de Recuperação e Resiliência

1. CUMPRIMENTO DO GUIA DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

- 1.1. Os beneficiários finais (BF) do investimento C21-i12 estão vinculados a assegurar o cumprimento integral da Orientação Técnica N.º 5/2021 *Guia de Comunicação e Informação para os beneficiários do PRR* da Estrutura de Missão Recuperar Portugal (EMRP), garantindo a devida publicitação do financiamento atribuído. Esta OT está disponível no endereço <https://recuperarportugal.gov.pt/orientacoes-tecnicas/>.
- 1.2. Nos capítulos seguintes, apresentam-se esclarecimentos específicos sobre a aplicação dessas orientações no contexto deste apoio.
- 1.3. O incumprimento das obrigações em matéria de comunicação e transparência dos projetos ou iniciativas apoiadas pelo PRR poderá suscitar medidas penalizadoras no acesso aos fundos para a operação em causa.

2. BARRA DE FINANCIAMENTO

- 2.1. A barra de financiamento a adotar no presente apoio é composta pelos logotipos do PRR, República Portuguesa, NextGenerationEU e Fundo Ambiental.

Cofinanciado por:



REPÚBLICA
PORTUGUESA



Financiado pela
União Europeia
NextGenerationEU

FUNDO
AMBIENTAL

Cofinanciado por:



REPÚBLICA
PORTUGUESA



Financiado pela
União Europeia
NextGenerationEU

FUNDO
AMBIENTAL

Cofinanciado por:



REPÚBLICA
PORTUGUESA



Financiado pela
União Europeia
NextGenerationEU

FUNDO
AMBIENTAL

Figura 1 – Três versões da barra de financiamento horizontal a adotar no investimento C21-i12

- 2.2. A barra de financiamento é fornecida em vários formatos gráficos, editáveis e reproduzíveis, no Anexo I destas OT.



REPÚBLICA
PORTUGUESA



Financiado pela
União Europeia
NextGenerationEU

3. WEBSITE E REDES SOCIAIS

- 3.1. Os BF devem publicar nos seus websites e nas redes sociais uma breve descrição da operação incluindo os seus objetivos e resultados, realçando o respetivo apoio financeiro do PRR.
- 3.2. A barra de financiamento deve estar presente junto das publicações referidas no ponto anterior.
- 3.3. A informação no website do BF sobre a operação e respetivo apoio, com a barra de financiamento, deverá manter-se até ao mínimo de um ano após o término do PRR.
- 3.4. O BF deve enviar impressões das publicações identificadas acima para o Fundo Ambiental, para o endereço apoioveiculoslimpos@fundoambiental.pt, informando acerca do endereço onde podem ser visualizadas e da data de publicação.

4. VEÍCULOS LIMPOS

- 4.1. Cada um dos veículos limpos adquiridos no âmbito da operação financiada deve conter publicitação do apoio através da aplicação de barras de financiamento, de acordo com as regras do Anexo II destas OT.
- 4.2. A barra de financiamento deverá ser colocada em ambas as laterais do autocarro (esquerda e direita).

5. POSTOS DE CARREGAMENTO

- 5.1. Cada um dos postos de financiamento adquiridos no âmbito da operação financiada deve conter publicitação do apoio através da aplicação de barras de financiamento.
- 5.2. As barras de financiamento devem ser colocadas na parte da frente dos equipamentos, tanto dos postos, como dos dispensadores (caso sejam desagregados), em dimensões que confirmem uma boa legibilidade.

6. PLACA PERMANENTE DO INVESTIMENTO

- 6.1. Os BF devem colocar em local público visível pelo menos uma placa permanente alusiva ao apoio, nas instalações onde se localizem obras ou ativos financiados.
- 6.2. A placa permanente deve seguir o modelo da página 17 da OT N.º 95/2021 da EMRP, reproduzido abaixo, ao qual se acrescenta o logotipo do Fundo Ambiental



Modelo 2 - Dimensões - 100cm (L) x 150cm (A)

Figura 2 – Modelo de placa permanente da OT N.º 5/2021 da EMRP

6.3. No modelo de placa permanente a adotar, na secção “Investimento”, devem indicar-se, identificando-se:

- a) Investimento: valor do investimento realizado pelo BF;
- b) Financiamento PRR: montante financiado.

6.4. A placa permanente deverá manter-se durante a existência do projeto (até serem abatidos todos os veículos financiados e substituídos todos os postos), por pelo menos 10 anos.

7. VETORES, MODELOS E MANUAIS DE NORMAS GRÁFICAS

7.1. Os modelos referidos na OT n.º 5/2021 da EMRP estão disponíveis na secção *Logótipos, Templates e Materiais Editáveis* do endereço <https://recuperarportugal.gov.pt/manuais-e-assets-graficos/> no *website* da EMRP.

7.2. Os vetores das barras de financiamento a adotar são fornecidos no Anexo I deste documento.

7.3. A utilização do logótipo do PRR está sujeita às regras disponíveis na secção *Manual de Normas gráficas PRR* do endereço <https://recuperarportugal.gov.pt/manuais-e-assets-graficos/> no *website* da EMRP.

7.4. A utilização do logótipo do Fundo Ambiental está sujeita às regras do *Manual de Normas Gráficas Fundo Ambiental* disponível no endereço <https://www.fundoambiental.pt/comunicacao/manuais-e-logotipos-fa.aspx> do *website* do FA.

8. ATUALIZAÇÕES

8.1. A presente OT deve ser atualizada sempre que tal se justifique.

8.2. Os pedidos de informação ou de esclarecimento devem ser dirigidos para o endereço eletrónico: apoioveiculoslimpos@fundoambiental.pt.

Anexo - 5

Acordo de Subcontratação de Tratamento de Dados Pessoais (quando aplicável)

Considerando que o Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção de pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados (doravante RGPD) aplica-se ao tratamento de dados pessoais por meios total ou parcialmente automatizados, bem como ao tratamento por meios não automatizados de dados pessoais contidos em ficheiros ou a eles destinados. A Lei n.º 58/2019 de 8 de agosto assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) 2016/679, no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados;

Considerando que o RGPD é aplicável a entidades públicas e privadas, sendo assim aplicável aos Outorgantes supra identificados;

Considerando que se impõe dar cumprimento ao disposto no artigo 28.º do RGPD que obriga à celebração de um contrato ou outro ato normativo ao abrigo do direito da União ou dos Estados Membros, sempre que o tratamento de dados pessoais seja efetuado em regime de subcontratação;

Os Outorgantes acordam celebrar o presente “Acordo de Subcontratação de Tratamento de Dados Pessoais” que se rege pelas cláusulas seguintes, visando assegurar o cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento (UE) 2016/679 e demais legislação aplicável.

Cláusula 1

(Definições)

Neste Acordo, os termos adiante referidos terão o seguinte significado:

1.1 Acordo - O presente Acordo;

1.2 RGPD - Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento europeu e do conselho de 27 de abril de 2016 relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados e (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados)

1.3 Autoridade de controlo - Autoridade com competência em matéria de privacidade ou proteção de Dados Pessoais. A Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD) é a Autoridade de Controlo nacional para efeitos do RGPD.

1.4 Dados pessoais - informação relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável («titular dos dados»); é considerada identificável uma pessoa singular que possa ser identificada, direta ou indiretamente, em especial por referência a um identificador, como por exemplo um nome, um número de identificação, dados de localização, identificadores por via eletrónica ou a um ou mais elementos específicos da identidade física, fisiológica, genética, mental, económica, cultural ou social dessa pessoa singular.

1.5 Tratamento de Dados Pessoais - Operação ou conjunto de operações efetuadas sobre Dados Pessoais, com ou sem recurso a meios automatizados, incluindo recolha, registo, organização, armazenamento, adaptação ou alteração, recuperação, consulta, utilização, divulgação, disponibilização, alinhamento, combinação, bloqueamento, apagamento e destruição de Dados Pessoais, tal como definidos no artigo 4º, 2) do RGPD;

1.6 Responsável pelo tratamento - a pessoa singular ou coletiva, a autoridade pública, a agência ou outro organismo que, individualmente ou em conjunto com outras, determina as finalidades e os meios de tratamento de dados pessoais;

1.7 Subcontratante - uma pessoa singular ou coletiva, a autoridade pública, agência ou outro organismo que trate os dados pessoais por conta do responsável pelo tratamento.

Cláusula 2

(Objeto e Finalidade de Tratamento)

2.1. O presente Acordo tem por objeto o tratamento de dados pessoais no âmbito do desenvolvimento das atividades previstas no presente caderno de Encargos

2.2. Os Outorgantes obrigam-se a definir e implementar as medidas técnicas e organizativas necessárias e adequadas ao cumprimento do RGPD e a Lei n.º 58/2019 de 8 de agosto.

Cláusula 3

(Tipos de Dados Pessoais Tratados)

São objeto de tratamento, para efeitos do presente Acordo, os seguintes tipos de dados pessoais:

Qualquer informação relativa a uma pessoa singular, identificada ou identificável, tal como definido no artigo 4º, 1) do RGPD.

Cláusula 4

(Categorias dos titulares dos dados)

1. Os dados pessoais objeto de tratamento, para efeitos do presente Acordo, podem incluir-se nas categorias de dados de identificação; dados de contacto; dados de faturação; dados de vida familiar, dados da vida profissional, informações de ordem financeira e patrimonial, dados de tráfego e de localização, dados de navegação na internet, outras categorias de dados pessoais não sensíveis. Definição de perfis, dados enquadráveis no art.º 9.º, n.º 1 do RGPD (categorias especiais de dados pessoais) dados enquadráveis no art.º 10.º do RGPD (relacionados com condenações penais e infrações).

2. Os dados pessoais enquadráveis nas categorias de definição de perfis, dados enquadráveis no art.º 9.º, n.º 1 do RGPD (categorias especiais de dados pessoais) dados enquadráveis no art.º 10.º do RGPD (relacionados com condenações penais e infrações), deverão ser objeto de medidas técnicas e organizativa adicionais.

Cláusula 5

(Obrigações do responsável pelo tratamento)

Nos termos, e para efeitos do presente Acordo, constituem obrigações do Responsável pelo tratamento, designadamente:

- a) Aplicação de medidas técnicas e organizativas adequadas para assegurar e poder comprovar que o tratamento é realizado em conformidade com o RGPD;
- b) Informar o Subcontratante de todas as circunstâncias relevantes para a realização do tratamento dos dados, atendendo sobretudo à especificidade do âmbito descrito no presente Acordo e potenciais riscos envolvidos;
- c) Comunicar ao Subcontratante qualquer alteração que se tenha verificado nos dados pessoais em tratamento e que possam afetar a atividade daqueles;
- d) Garantir o exercício dos direitos por parte dos titulares dos dados.

Cláusula 6

(Obrigações do subcontratante)

Constituam obrigações do subcontratante, designadamente:

- a) Restringir o tratamento dos dados pessoais ao que for imprescindível à execução do contrato, salvo mediante instruções documentadas do responsável pelo tratamento;
- b) Não copiar, replicar ou reproduzir por qualquer meio os Dados Pessoais a que terá acesso sem autorização escrita do responsável pelo tratamento;
- c) Adotar e manter em vigor as medidas técnicas e organizativas de segurança adequadas para garantir a proteção dos Dados Pessoais à guarda do Responsável pelo Tratamento;
- d) Manter os Dados Pessoais à guarda do Responsável pelo Tratamento separados de quaisquer outros dados que trate por conta de terceiros;
- e) Fornecer toda a informação que lhe for solicitada, quer pelo Responsável pelo tratamento, quer pela Autoridade de Controlo, relativamente ao tratamento dos dados, cujas finalidade e âmbito se encontram definidas na cláusula dois;
- f) Adotar políticas de segurança e privacidade;

- g) Obter as certificações exigidas legalmente, sempre que tais certificações contribuam de forma significativa para a proteção de dados pessoais;
- h) Garantir, em conjunto com o Responsável pelo Tratamento, o exercício dos direitos por parte dos titulares dos dados;
- i) Facilitar e contribuir para auditorias, inclusive inspeções, conduzidas pelo responsável pelo tratamento ou por outro auditor por este mandatado;
- j) Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;
- k) Consoante a escolha do responsável pelo tratamento, apagar ou devolver todos os dados pessoais depois de concluída a prestação de serviços relacionados com o tratamento, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo do direito da União ou dos Estados-Membros.

Cláusula 7

(Segurança da informação relativa a dados pessoais)

Conforme previsto no artigo 32.º do RGPD, o Responsável pelo Tratamento e o Subcontratante aplicarão as medidas técnicas e organizativas adequadas para assegurar um nível de segurança adequado ao risco, incluindo, consoante o que for adequado:

- a) A pseudonimização e a cifragem de dados pessoais;
- b) A capacidade de assegurar a confidencialidade, integridade, disponibilidade e resiliência permanentes dos sistemas e dos serviços de tratamento;
- c) Capacidade de restabelecer a disponibilidade e o acesso aos dados pessoais de forma atempada em caso de incidente físico ou técnico;
- d) Existir um processo para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia das medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança do tratamento.

Cláusula 8

(Confidencialidade)

1. Para efeitos do presente Acordo, os Outorgantes obrigam-se a não divulgar qualquer informação a que tenham acesso, no âmbito da execução das suas atribuições.

2. Os Outorgantes asseguram que quem acede a Dados Pessoais está sujeito a obrigações legais de confidencialidade, ou assumiram um compromisso de confidencialidade, consoante o aplicável ao tratamento de dados que efetuam.

3. A obrigação de confidencialidade prevista, vincula os Outorgantes durante a vigência do contrato e subsiste após a sua cessação, independentemente da causa da cessação.

Cláusula 9

(Transferências de dados para países terceiros ou organizações internacionais)

O Subcontratante não transferirá dados para países terceiros ou organizações internacionais, exceto mediante instrução documentada do responsável pelo tratamento, ou a menos que seja obrigado legalmente a fazê-lo, informando nesse caso o Responsável pelo Tratamento desse requisito jurídico antes do tratamento, salvo se a lei proibir tal informação por motivos importantes de interesse público.

Cláusula 10

(Sub- subcontratação)

1. O Subcontratante não contrata outro Subcontratante sem que o Responsável pelo tratamento tenha dado, previamente autorização por escrito.

2. O Subcontratante só pode contratar outro subcontratante que realize operações específicas de tratamento de dados por conta do responsável pelo tratamento, por contrato ou outro ato normativo, sendo-lhe impostas as mesmas obrigações em matéria de proteção de dados.

3. O Subcontratante reconhece que continua a ser plenamente responsável perante o Responsável pelo Tratamento pelo incumprimento das obrigações desse Sub-subcontratante.

Cláusula 11

(Violação de dados pessoais e requisitos de notificação)

1. O Subcontratante prestará assistência ao Responsável pelo Tratamento no sentido de assegurar o cumprimento das obrigações em caso de violação de dados pessoais, como previsto nos artigos 33.º e 34.º do RGPD, tendo em conta a natureza de tratamento e a informação ao seu dispor.

2. O Subcontratante notificará o Responsável pelo Tratamento da forma mais expedita possível, atentas as circunstâncias do caso concreto, de qualquer destruição acidental, não autorizada ou ilegal, perda, alteração ou divulgação ou o acesso a Dados Pessoais à guarda do Responsável pelo Tratamento (Violação de Segurança).

3. O Subcontratante tomará medidas imediatas para investigar a Violação de Segurança e para identificar, prevenir e mitigar os efeitos de uma eventual Violação de Segurança de acordo com as suas obrigações.

Cláusula 12

(Avaliações de impacto sobre a proteção de dados)

Quando solicitado, o Subcontratante:

1. Auxiliará o Responsável pelo Tratamento na concretização de qualquer avaliação de impacto sobre a proteção de dados.
2. Colaborará com o Responsável pelo Tratamento para a implementação de ações de mitigação dos riscos de privacidade identificados.
3. Elabora a avaliação de impacto quando os tratamentos constem de lista difundida pela CNPD nos termos n.º 5 do artigo 35.º do RGPD, conforme o Regulamento n.º 1/2018 relativo à lista de tratamentos de dados pessoais sujeitos à Avaliação de Impacto sobre a Proteção de Dados.

Cláusula 13

(Comunicações e notificações)

Quaisquer notificações formais relacionadas com este Acordo devem ser feitas por escrito, através de e-mail convencionado, ou por carta registada com aviso de receção.

Cláusula 14

(Indemnização)

1. Sem prejuízo de qualquer outra indemnização prevista no Contrato Principal, em relação ao Tratamento de Dados Pessoais, o Subcontratante indemnizará o Responsável pelo Tratamento nos termos legalmente previstos.
2. O Subcontratante terá o direito de regresso sobre o Responsável pelo Tratamento de qualquer indemnização que seja obrigado a pagar por conta do Responsável pelo Tratamento, nos termos da legislação em vigor, quando a indemnização tiver origem numa conduta da responsabilidade do Responsável pelo Tratamento.

Cláusula 15

(Duração)

1. Este Acordo terá início na data da assinatura, e continuará em pleno vigor e efeito até ao término do contrato ou a conclusão do último dos serviços a serem executados nos termos do Contrato.

2. Após a data de início, as disposições do presente Acordo aplicar-se-ão a qualquer Tratamento de Dados Pessoais efetuados previamente à execução do Acordo, durante qualquer fase de transição ou migração.

Cláusula 16

(Suspensão e/ou Resolução)

1. A existência de fortes indícios de incumprimento do presente Acordo, de qualquer natureza, e/ou incumprimento dos normativos constantes do RGPD e da legislação nacional de execução, é causa bastante para a suspensão do contrato.
2. A efetiva existência de uma situação de incumprimento, quer do presente Acordo, quer dos normativos constantes do RGPD e da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, é causa bastante para a resolução do contrato.
3. A verificação do disposto em qualquer dos números anteriores, tem como consequência direta a cessação da execução do objeto do presente Acordo.

Cláusula 17

(Lei aplicável e foro convencional)

Este Acordo será regido e interpretado de acordo com o RGPD e a Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto e estará sujeito à jurisdição exclusiva dos Tribunais Portugueses.

Cláusula 18

(Diversos)

1. A designação das cláusulas e outros cabeçalhos no presente Acordo servem apenas para efeitos de conveniência de consulta e não farão parte ou afetarão de outra forma o significado ou a interpretação deste Acordo.
2. A menos que o contexto exija interpretação diferente, a referência à Legislação Aplicável deve ser interpretada como referindo-se à Legislação de Proteção de Dados aplicável, bem como às suas alterações ao longo do tempo.
3. As disposições deste Acordo são dissociáveis. Se qualquer cláusula ou disposição não for válida ou executável, total ou parcialmente, esta invalidade ou inexecutabilidade afetará apenas essa cláusula ou disposição e o resto do Acordo permanecerá em pleno vigor.